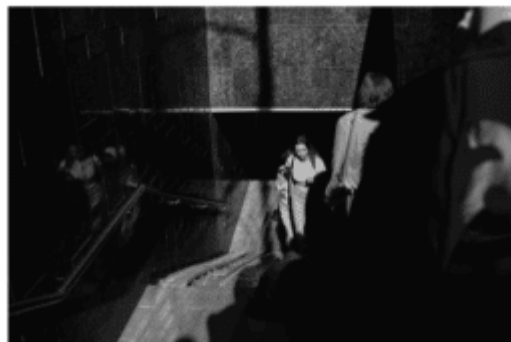


Brasil 2022 - cinco notas sobre o que fazer



Por **WÉCIO PINHEIRO ARAÚJO***

Política não se faz somente com a razão, mas sobretudo com as emoções das pessoas. Política envolve sobretudo afetos e desafetos

Os militares caíram em 1985, mas o fundo civil-autoritário produzido pela formação social brasileira e seu cariz colonialista, escravocrata e patriarcal seguiu se proliferando na sociedade e no seu imaginário popular. Neste contexto, os elementos microfascistas presentes neste processo de formação social produziu uma mitologia política que serviu de base ideológica para o golpe de *lawfare* em 2016, de modo que ganhou força e chegou ao poder em 2018, por meio do voto popular conquistado a partir de táticas negacionistas e antidemocráticas que apelam a um moralismo neoconservador de caráter fortemente reacionário catalisado pelo ressentimento político do antipetismo.

O microfascismo se define pelo conjunto de microelementos reacionários produzidos nas relações de poder que formam culturalmente e conduzem ideologicamente os indivíduos em uma sociedade. Este processo envolve desde o núcleo familiar até a escola, a igreja, o partido político, o sindicato, a empresa etc. Na vida política, o microfascismo se expressa nos e pelos elementos culturais que se constituem como uma mítica de significação ideológica das práticas discursivas reacionárias decorrentes da formação social e política de uma sociedade.

No caso brasileiro, o que seria empoderar este fundo civil autoritário senão a estratégia perfeita para orquestrar um recrudescimento das conquistas democráticas alcançadas na Constituição de 1988? Os fatos nos respondem, a saber: a partir do caminho aberto pelo golpe de *lawfare* em 2016, os elementos reacionários latentes na microfísica da formação social brasileira são canalizados e amplificados ideologicamente em fenômenos como o bolsonarismo, que acabam por favorecer e fortalecer a eclosão de um neofascismo de massas.

Esse período mais recente do Brasil, sobretudo a partir de 2013, me fizeram e muito recordar as armadilhas vivenciadas pela República de Weimar. Guardadas as devidas diferenças e proporções históricas entre o Brasil de 2022 e a Alemanha do início do século XX, as semelhanças são ao mesmo tempo inegáveis e assustadoras. Este tipo de analogia histórica é importante na direção de alertar para o fato de que em nosso país o pensamento reacionário está amadurecido e empoderado, em sua mais perigosa e sofisticada forma política e ideológica: um neofascismo de massas.

Vamos à história: a queda da jovem República de Weimar acontece no início de 1933. Basicamente consistia em uma democracia representativa semipresidencial fundada em 1918/19 – logo após o fim da primeira grande guerra. Sua queda aconteceu mediante um golpe parlamentar negociado pelo então Chanceler Adolf Hitler, nomeado com massivo apoio popular pelo presidente eleito Paul von Hindenburg. Não foi um golpe de Estado clássico, marcado por violência e carnificina como aconteceu posteriormente na ditadura nazista durante a Segunda Grande Guerra. Inicialmente, Hitler fez uso do poder de Chanceler para manipular politicamente as próprias leis alemãs sob o intuito de derrubar a sistema democrático alemão – algo muito próximo das táticas de uso da lei como arma política que hoje conhecemos por *lawfare*.

Este processo permitiu a formação de uma aliança golpista envolvendo o Partido Nazista, o Partido Nacional Popular Alemão e o “centrão” do *Reichstag* (Parlamento Alemão), leia-se: o Partido Católico do Centro. Essa negociata incluiu também algumas igrejas protestantes alemãs, de modo que foi possível formar uma frente de extrema direita que ganhou forte apoio popular espalhando informações falsas de que o regime democrático ameaçava os direitos e liberdades das igrejas cristãs. Em março de 1933, o parlamento alemão aprova a “Lei de Concessão de Plenos Poderes” ao Chanceler

Adolf Hitler, também conhecida como “Lei para sanar a aflição do Povo e da Nação”.

Vejamos um breve trecho do discurso de Hitler pronunciado pouco antes da aprovação da referida lei: “Pela sua decisão de realizar a faxina política e moral da nossa vida pública, o governo está criando e garantindo as condições para uma vida religiosa realmente profunda e íntima [...]. O governo nacional permitirá e garantirá aos cultos cristãos o gozo da sua devida influência nas escolas e na educação [...]. O governo nacional, percebendo no cristianismo o firme alicerce da moralidade e ética do nosso povo, percebe como de primeira importância o fomento e a manutenção das mais amistosas relações com a Santa Sé. (...) Os direitos das igrejas não serão cerceados; tampouco mudará a sua relação ao estado político”.

Qualquer semelhança, por mínima que seja, não é mera coincidência. Um pouco antes disto, foram realizadas eleições em julho e novembro de 1932, nas quais o Partido Nazista obteve ampla maioria dos votos com relação a outros partidos. Em março de 1933 foram realizadas as últimas eleições federais multipartidárias de uma Alemanha unificada até a queda do muro de Berlim em 1990. Ocorreu um pleito marcado pela disseminação de terror religioso e demonização da esquerda e todas as forças democráticas.

Organizações nazistas militares e paramilitares foram autorizadas pelo ministro das Relações Exteriores a “monitorar” o processo de votação. Por fim, a frente parlamentar conservadora e golpista liderada por Hitler obteve o maior número de assentos no parlamento. Somente o Partido Nazista elegeu 288 deputados, obtenho o maior número de assentos no parlamento. Foi o golpe fatal na democracia alemã.

Neste domingo do primeiro turno das eleições de 2022, comprovamos que não era somente 30%. É metade do país. O ovo da serpente vingou e o partido de Jair Bolsonaro elegeu o maior número de deputados, sem contar outras dezenas de parlamentares eleitos do afamado “centrão”, juntamente com a conquista da maioria das cadeiras do senado. Como escrevi há algum tempo, “o Brasil já era bolsonarista antes do bolsonarismo”. Portanto, neste ano de 2022, comprovamos a forma política assumida por essa mentalidade reacionária com forte apoio popular: neofascismo. O bolsonarismo mostrou seu vigor político traduzido em votos. Nesta direção, o itinerário que nos trouxe até aqui é marcado por uma guerra híbrida perpetrada pela extrema direita contra a esquerda e contra a democracia.

Por outro lado, também foi neste domingo que com Lula vencemos uma batalha homérica. Recém-saído da fogueira da inquisição lavajatista, Lula demonstrou muita força contra a máquina do neofascismo. Contudo, precisamos pensar em termos de estratégia (ação de longo prazo) e táticas (ações de curto prazo) políticas para disputar hegemonia cultural nos moldes do nosso tempo. E para isto é preciso manter viva a energia da vitória e de um realismo esperançoso.

Não podemos fugir das perguntas difíceis – ou talvez a mais difícil de todas: o que fazer? Sem temer perguntas espinhosas como esta, mas também sem qualquer pretensão de respondê-la em definitivo, venho apenas tentar contribuir com o debate:

(1) Precisamos ter resiliência, mas também humildade e capacidade autocrítica para rever a nossa práxis política, sobretudo as nossas práticas discursivas, sem esquecer que na política, palavras são ações e, portanto, são capazes de conduzir condutas e mover forças materiais.

(2) Precisamos reconhecer e furar as nossas próprias bolhas. Rever e reinventar o nosso vocabulário político – leia-se: renunciar a alguns “ismos” que estão defasados na arena política contemporânea. E de maneira sincrônica a isto, dominar as estratégias e táticas digitais. Sim! O desafio é hercúleo – é como trocar o pneu com o carro em movimento.

(3) Precisamos renovar as ideias que são capazes de dar forma política e ideológica à esperança democrática, de maneira capaz de unir as pessoas em torno de uma causa comum: a defesa da democracia e da recuperação da função social da economia, que se traduz no combate simultâneo e sem trégua ao neoliberalismo e ao neofascismo de massas instalado em nosso país.

(4) Defender a democracia só é possível por meio do seu fortalecimento constante, não somente como regime de governo, mas sobretudo como cultura. E para isto é imprescindível garantir um lugar para a democracia no imaginário popular brasileiro, que se encontra envenenado por esse neoconservadorismo reacionário. Nesta direção, é urgente produzir e amplificar uma mitologia política orientada por um *ethos* democrático. E não iremos começar do zero. Há bases sociopolíticas em nossa sociedade para nos servir de apoio. Não podemos esquecer que a esperança na democracia obteve mais de 57 milhões de votos neste primeiro turno.

(5) Resumo da ópera: precisamos produzir um folclore político dos valores democráticos, da cidadania social, dos direitos humanos e da defesa da ciência e da política como exercício coletivo da liberdade. Para “desteologizar” nossa democracia, precisamos democratizar nossa teologia e produzir uma mitologia política que faça frente à mitologia neofascista. Em nosso imaginário popular, a democracia pode e precisa ter a mesma força que tem, por exemplo, o futebol e o cristianismo; e para isto, não podemos brigar com a paixão pela bola e a fé na “palavra de Deus”. Por sua vez, precisamos ouvir e falar com o imaginário popular brasileiro, mas este não dialoga com teorias políticas de natureza livresca e/ou acadêmica – sem desmerecer a importância destas.

Somos seres produtores de mitos que se materializam em narrativas simbólicas para dar sentido às nossas condutas e seus fluxos de subjetivação ao longo da experiência social que constitui a vida política. A lição da história está dada: política não se faz somente com a razão, mas sobretudo com as emoções das pessoas; em suma, política envolve sobretudo afetos e desafetos.

**Wécio Pinheiro Araújo é professor de filosofia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).*

**O site *A Terra é Redonda* existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.
[Clique aqui e veja como](#)**